

DA NEUTRALIDADE DA TECNOLOGIA

Marco Aurélio Martins RODRIGUES¹

UFU

Mauricio dos Reis BRASÃO²

UNIPAC

RESUMO

O artigo nasce de uma longa viagem de volta à noção da neutralidade da tecnologia, tendo como embasamento teórico e bibliográfico os estudos da Tecnologia e Finitude Humana de Andrew Feenberg, delineado o pensamento em Heidegger e Marx. Segundo o autor, a neutralidade geralmente se refere à indiferença de meios específicos para uma escala de objetivos dos quais se é escravo. Se nós supusermos que essa tecnologia como nós a conhecemos hoje é indiferente em relação aos fins humanos de modo geral, então certamente nós a neutralizamos e a colocamos além da controvérsia possível. Alternativamente, pode-se discutir que se a tecnologia é neutra em relação a todos os fins que podem ser tecnicamente ser servidas. Mas nenhuma destas posições fazem o sentido. Hoje nós empregamos tecnologia específica com limitações que são devidas não somente ao estado de nosso conhecimento, mas também às estruturas do poder que balizam este conhecimento e suas aplicações. De abordagem qualitativa, é um estudo bibliográfico. Como resultados, os estudos constatam que a maior implicação desta abordagem é trabalhar com os limites éticos dos códigos técnicos elaborados sob a regra da autonomia operacional. Também, observamos que o mesmo processo libertou os capitalistas e os tecnocratas para tomar decisões técnicas sem levar em consideração as necessidades dos trabalhadores e das comunidades e gerou uma riqueza de “valores novos,” demandas éticas forçadas a procurar a voz discursivamente. Para Feenberg, a democratização da tecnologia encontra maneiras novas de privilegiar estes valores excluídos e de realizá-los em arranjos técnicos novos. Concluimos que a tecnologia contemporânea favorece extremidades específicas e obstrui outras.

Palavras-chave: Tecnologia. Filosofia. Educação. Pós-modernidade.

¹ Docente do Curso de Graduação em Biomedicina/ICBIM e discente no curso de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Graduado e Licenciado em Ciências Biológicas pela UFU, Mestre em Ciências pela USP e Doutor em Ciências pela USP. E-mail: rodmarcom@gmail.com

² Docente do Curso de Graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia - UNIPAC, MG, Brasil. Graduado em Letras pela UFU, Especialização em Tecnologias Educacionais pela UFLA e Mestre em Educação pela UNIUBE. E-mail: mbrasao@gmail.com

Introdução

O processo de estender a democracia à tecnologia começou com o movimento trabalhista, pois suas demandas em torno da saúde e segurança no trabalho e a extensão da jornada de trabalho foram uma primeira intervenção pública na tecnologia. Os socialistas generalizaram esses desafios e chamaram a atenção para a contradição entre a ideologia democrática e a tirania das fábricas. Essa foi a primeira expressão de uma política de tecnologia num tempo em que a mediação técnica ainda estava confinada a um setor isolado da sociedade. Mais tarde, tais questões como segurança alimentar e poluição ambiental passaram a indicar o círculo crescente dos públicos afetados. As preocupações acerca de privacidade e da liberdade de expressão na Internet são as últimas manifestações da aspiração à democracia no domínio tecnológico.

Na atualidade, o discurso capitalista posiciona as pessoas para a busca individual do sucesso, muitas vezes à custa de outrem, e para a aceitação passiva do fracasso, como se este fosse uma decorrência natural e inevitável das mudanças econômicas e sociais. Feenberg (2013), nos ensina que,

a sociedade do consumo trouxe à tona, de outra forma, a questão da identidade, [...], a tecnologia significa a espécie de seres que somos, [...], em suma, você é o que você faz.

Feenberg (2013) analisa que as tecnologias modernas são percebidas como puramente instrumentais e desvinculadas de seu passado, do ambiente em que funcionam, e de seu operador, e que ocultam separações aparentes como aspectos essenciais da tecnologia, que alteram mudanças no significado de nosso mundo e mudanças em nossa própria identidade.

Atualmente, até mesmo o significado de natureza está sujeito à transformação tecnológica, como exemplo temos o exame de líquido amniótico, para identificar o sexo do bebê. Dessa forma, segundo Feenberg (2013), a sociedade é capaz de “tecnologizar” a reprodução, tendo, portanto, modificado seu significado para qualquer um de nós, incluindo aqueles que não fazem uso do exame do líquido amniótico.

A sociedade de consumo trouxe à tona, de outra forma, a questão da identidade, e que as tecnologias que usamos na vida cotidiana, faz com que signifiquemos a espécie de seres que nos tornamos, ou seja, somos o que fazemos e o que usamos. Questiona-se então se nós controlamos o mundo por meio da tecnologia, mas será que nos controlamos a nós próprios? A falta de controle se mostra como a condição de tentar romper limites naturais, numa vasta gama de problemas tecnológicos.

O verdadeiro teste mundial da tecnologia é a aceitação pública. Por isso é importante que haja uma “inspeção da realidade” do trabalho dos tecnólogos na experiência cotidiana dos trabalhadores, usuários e, em alguns casos, de vítimas acidentais. Este é o *feedback* fundamental da tendência e dos riscos da tecnologia, que opera de acordo com as linhas newtonianas. À medida que a tecnologia se torna mais poderosa e impregnante, mais e mais difícil se torna separá-la desse *feedback*, onde trabalhadores, usuários, vítimas e vítimas potenciais, todos tem algo a dizer sobre alguma coisa. O seu *feedback*, motivado pela não adaptação, efeitos indesejados negativos ou potencial técnico não-percebido, leva a intervenções que compelem o desenvolvimento e orienta o seu passo, como um processo que perpassa pela educação, na busca de novos valores.

Todavia, na verdade, o conhecimento técnico e a experiência mais se complementam do que se opõe, e esse saber técnico é incompleto sem o insumo da experiência que, por sua vez, corrige seus equívocos e suas simplificações. As manifestações públicas, de forma indireta, revelam involuntariamente as complicações causadas por aqueles pontos obscuros, os aspectos da natureza e da vida social até então negligenciadas pelos especialistas. Essas manifestações edificam valores e prioridades, e demandas de áreas como segurança, saúde, trabalho especializado, diversão, cidades esteticamente agradáveis, atestam para a insuficiência, o insucesso, o fracasso da tecnologia ao incorporar de forma adequada, todas as limitações de seu ambiente. Eventualmente, aqueles valores serão incorporados em *designs* técnicos aprimorados e o conflito entre o público e seus especialistas será abrandado. Mesmo assim, os valores não podem adentrar a tecnologia sem serem traduzidos em linguagem tecnológica. Durante o processo de produção de novas versões de tecnologias contestadas, que reaja mais positivamente num contexto, os valores são transformados em fatos técnicos e a tecnologia se ajusta mais facilmente a seu nicho.

A estrutura desse processo é uma consequência de uma tecnologia rompida em tempos modernos, a partir da experiência daqueles que vivem com ela e a utilizam. Mas a experiência de usuários e de vítimas da tecnologia eventualmente influencia os códigos técnicos que designamos *design*. Então, tais interações estão se tornando rotina, e novos grupos frequentemente emergem, à medida que os “mundos” se transformam em resposta à transformação tecnológica. Essa dinâmica abrangente de mudança tecnológica fecha o círculo descrito no paradoxo da ação: tudo o que vai, volta.

Então, poderíamos dizer que os valores são os fatos do futuro. Os valores não são o contrário dos fatos, desejos subjetivos sem nenhuma base na realidade, e sim, expressam aspectos da realidade que ainda não foram incorporados ao ambiente técnico dado por certo.

Esse ambiente foi desenvolvido pelos valores que determinam sua criação. As tecnologias são a expressão cristalizada desses valores, que se abre a *designs* estabelecidos para revisão.

Quanto à tecnologia e democracia, os grupos sociais constituem as tecnologias que mediam suas relações, possibilitam sua identidade comum e dão forma à sua experiência. Todos nós pertencemos a muitos desses grupos, e alguns são definidos como categorias sociais e a importância de tecnologia para sua experiência é muito clara nas atividades de uma fábrica, num hospital e outras, porque todos são membros de comunidades que existem através da tecnologia que empregam. Os consumidores e as vítimas dos efeitos indesejados da tecnologia constituem grupos latentes que emergem quando seus membros se tornam conscientes dos motivos compartilhados para os problemas causados pelas tecnologias que os vinculam.

A política de tecnologia origina-se das modificações técnicas que sustentam os diversos grupos sociais que constituem a sociedade. Tais encontros inesperados entre os indivíduos e as tecnologias que os conectam proliferam-se com consequências de toda espécie. As identidades sociais e os mundos emergem juntos e forma a espinha dorsal de uma sociedade moderna.

À vista destas reflexões com um exemplo com o qual somos pessoalmente familiares, e que esperamos ilustrar de modo frutífero a nossa aproximação. Nós, o primeiro e o segundo, aqui em destaque, estivemos envolvidos com a evolução da comunicação mediada por computador desde o início dos anos 80, como participantes ativos na inovação e como pesquisadores. Caminhamos para esta tecnologia com o lastro de conhecimento da teoria da modernidade, Feenberg (2013) cita especificamente Heidegger, - esse lastro mostrou rapidamente que as teorias ofereciam pouca orientação na compreensão da informática.

Andrew Feenberg nos revela que Heidegger em suas teorias enfatizava o papel das tecnologias dominando a natureza e seres humanos. Desta maneira, segundo o autor, Heidegger definiu o computador como sendo o tipo de máquina de controle da modernidade. Seu poder de “desmundialização” atinge a língua que é reduzida à mera posição de um interruptor.

Mas o que nós testemunhamos nos anos 80 foi algo completamente diferente, testemunhamos a emergência das novas práticas comunicativas das comunidades *online*. Subsequentemente, nós vimos críticos culturais, inspirados pela teoria da modernidade retomar a antiga abordagem para esta nova aplicação, denunciando, por exemplo, a suposta degradação de uma comunicação humana na Internet. Abreviamos que as redes de computador des-mundializa a pessoa, reduzindo seres humanos a um fluxo de dados que o

“usuário” pode facilmente controlar. Sujeito nas extremidades das infovias é basicamente um monstro a social, apesar da aparente da interação *online*, mas essa crítica pressupõe que os computadores são realmente um meio de comunicação, talvez inferior, principalmente as máquinas de vinte anos atrás. A pergunta que se deve consequentemente colocar diz respeito à emergência do próprio meio. Muito recentemente, o debate sobre a computação tem apontado para o ensino superior, onde as propostas para o ensino *online* se deparam com certa resistência em nome de valores humanos. Enquanto isso, a educação a distância está emergindo como um tipo novo de prática comunicativa (FEENBERG, 2013).

Houve um tempo, não muito distante que a condenação da tecnologia pareceu plausível a muitos críticos sociais. A atitude tarda e inspira desdémns arrogantes para a tecnologia entre os intelectuais que não obstante, os empregam constantemente em suas vidas diárias. Cada vez mais, entretanto, o criticismo social dirigiu-se para estudar e advogar possíveis reconfigurações e transformações da tecnologia para acomodá-la aos valores excluídos do *design* inicial das redes. Esta aproximação emergiu primeiramente no movimento ambiental que era bem sucedido em modificar o *design* das tecnologias através da regulamentação e da discussão. Hoje a aproximação continua nas propostas para transformar as biotecnologias e a informática. A teoria da instrumentalização sugere um balanço geral das estratégias empregadas em tais movimentos.

A instrumentalização primária envolve a descontextualização, que quebra arranjos naturais pré-existentes, frequentemente de grande complexidade. Naturalmente nenhuma descontextualização pode ser absoluta. O processo é sempre condicionado pelas instrumentalizações secundárias que oferecem uma recontextualização parcial do objeto em termos de exigências técnicas e sociais diversificadas. Em cada caso os objetos são retirados de suas conexões naturais, novas conexões técnicas e sociais estão implícitas na maneira mesma de suas reduções e simplificações na medida em que será aplicado tecnicamente.

O criticismo construtivo da tecnologia aponta precisamente para as deficiências neste processo da recontextualização, pois ele é aqui o direcionamento do *design* que está sendo introduzido. Isto é particularmente claro sob o capitalismo, onde as estratégias de negócio bem sucedidas envolvem frequentemente a quebra livre de vários grupos sociais na perseguição dos lucros.

As controvérsias éticas do mundo real, que envolvem a tecnologia, giram frequentemente sobre a suposta oposição de padrões atuais de eficiência e de valores técnicos. Mas esta oposição é fictícia; os métodos ou os padrões técnicos atuais foram formulados discursivamente como valores e em algum tempo no passado foram traduzidos nos códigos

técnicos que nós examinamos hoje. Este ponto é bastante importante para responder às objeções práticas, chamadas usuais, aos argumentos éticos para a reforma social e tecnológica.

Quando nos deparamos com o avanço da tecnologia e com o discurso que repercute a instabilidade no mundo do trabalho, por exemplo, podemos imaginar que a concepção de que tudo se altera tenha sido aceita desde sempre. É fácil observar esse raciocínio sendo feito por pessoas que não frequentam ambientes acadêmicos, mas não é raro encontrá-lo em nossos alunos, também naqueles que se preparam para o magistério.

1 Feenberg e a tecnologia

O que faz a ação técnica diferente de outras relações com a realidade? Esta questão é frequentemente respondida em termos de noções como eficiência ou controle interno dessas ações, diante de uma aproximação com o mundo técnico. Para julgar uma ação como mais, ou mais ou menos eficiente é preciso determinar o que é ser técnico e conseqüentemente um objeto apropriado para tal julgamento. Assim também, o conceito de controle implicado na técnica é “técnico” e não apenas um critério qualquer.

Para Feenberg (1991), há uma tradição na filosofia da tecnologia que resolve este problema por meio do chamado conceito “de dominação impessoal” encontrado primeiramente no capitalismo de Marx. Esta tradição, associada a Heidegger e à escola de Frankfurt, permanece demasiado abstrata para nos satisfazer atualmente, mas identifica uma característica extraordinária da ação técnica (Feenberg, 2004). Formulamos esta característica em termos de sistemas teóricos, distinguindo a situação de um ator finito, em relação a um ator infinito hipotético capaz de “fazer do nada”. O último pode agir sobre seu objeto sem reciprocidade. Deus cria o mundo sem sofrer nenhuma represália daquilo que cria, nem mesmo sofre efeitos colaterais. Esta é a hierarquia prática final que estabelece uma relação de sentido único entre o ator e o objeto. Mas nós não somos deuses. Os seres humanos somente podem agir num sistema a que eles mesmos pertencem. Este é o significado prático da incorporação.

Conseqüentemente, cada uma de nossas intervenções nos retorna de alguma forma como um *feedback* de nossos objetos. Isto é tão óbvio como na comunicação cotidiana onde a raiva evoca geralmente a raiva, a bondade a bondade e assim por diante.

A ação técnica representa um escape parcial da condição humana. Nós chamamos uma ação de “técnica” quando o impacto do ator sobre o objeto está fora de toda proporção de se obter um retorno que afete o ator. Nós temos duas toneladas de metal abaixo de nós numa

autoestrada, enquanto nos sentamos no conforto de nossos automóveis e ouvimos música clássica. Este exemplo típico da ação técnica é propositadamente descrito aqui para dramatizar a independência do ator sobre o objeto. Num esquema maior das coisas, o motorista numa autoestrada pode estar em paz em seu carro, mas a cidade em que mora com milhões de outros motoristas é seu ambiente de vida urbana, formatada para automóveis e tem impactos sobre ele.

Assim o assunto técnica não escapa da lógica da finitude apesar de tudo. Mas a reciprocidade da ação finita é dissipada ou adiada de tal maneira de tal forma que crie o espaço de uma necessária ilusão de transcendência. Feenberg (2004), em seus estudos, revela que Heidegger compreende esta ilusão como a estrutura da experiência moderna. De acordo com a História do Ser de Heidegger, “a revelação moderna” é balizada por uma tendência de tomarmos cada objeto como um material em potencial para a ação técnica. Os objetos penetram na nossa experiência somente, enquanto percebermos, muito vagamente, utilidade no sistema tecnológico. Livres desta forma de experiência pode emergir um novo modo de revelação, mas segundo Feenberg (1991), Heidegger não tem nenhuma ideia de como essas revelações vêm e vão.

A tecnologia é um fenômeno de dois lados: de um o operador, de outro o objeto, onde ambos, operador e objeto são seres humanos; a ação técnica é um exercício de poder. Aliás, a sociedade é organizada ao redor da tecnologia, o poder tecnológico é a fonte de poder desta sociedade. Isto fica claro nos *designs* de equipamentos tecnológicos que estreitam a escala dos interesses e preocupações que podem ser representados pelo funcionamento normal da tecnologia e das instituições que dependem dela. Este estreitamento distorce a estrutura da experiência e causa consternação aos seres humanos e danos ao ambiente natural.

2 Teoria da Instrumentalização

Muito do que a filosofia da tecnologia oferece é abstrato e não apresenta aspectos históricos da essência da tecnologia. Estes aspectos parecem dolorosos comparados à rica complexidade revelada em estudos sociais da tecnologia. O dilema divide os estudos da tecnologia em dois caminhos opostos. A maioria dos essencialistas em filosofia da tecnologia faz críticas à modernidade, ou seja, são anti-modernos, enquanto outros pesquisadores empiristas da tecnologia ignoram o grande resultado da modernidade e isso se assemelha a algo não crítico, até mesmo conformista, para crítica social (FEENBERG, 2013).

Estas linhas separam claramente a crítica substantivista da tecnologia, como nós a encontramos nos estudos do autor, se referenciando a Heidegger, citando o construtivismo de

muitos historiadores e sociólogos contemporâneos. Estas duas abordagens são vistas geralmente como totalmente opostas. Não obstante, há algo obviamente correto em ambas. Combinamos suas introspeções em uma estrutura comum chamada de “teoria da instrumentalização”.

A teoria da Instrumentalização nos conduz a uma análise da tecnologia em dois níveis: no nível de nossa relação funcional original com a realidade e no nível do *design* e da implementação da tecnologia. No primeiro nível, procuramos e encontramos dispositivos que podem ser mobilizados nos equipamentos e nos sistemas pela descontextualização dos objetos da experiência e reduzindo-os a suas propriedades utilitárias.

3 Determinismo da tecnologia

Para partidários do determinismo e do instrumentalismo da tecnologia, a eficiência serve como único princípio da seleção entre iniciativas técnicas bem sucedidas e fracassadas. Sobre estes termos, a tecnologia parece emprestar as virtudes geralmente atribuídas ao racionalismo científico. A filosofia da tecnologia desmistifica estes clamores à necessidade e à universalidade de decisões técnicas. Nos anos 80, o turno construtivista em estudos da tecnologia ofereceu uma aproximação metodologicamente frutífera para demonstrá-la em uma larga escala de casos concretos. Os construtivistas demonstraram que muitas configurações possíveis de recursos podem render um equipamento tecnológico que trabalhe de forma eficiente ao cumprir sua função.

Os diferentes interesses dos vários atores envolvidos no projeto e no *design* de um equipamento se refletem em níveis diferenciados de função e de preferências. As escolhas sociais intervêm na seleção da definição do problema assim como na sua solução. A eficiência não é assim decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso de diversas alternativas de *designs*, uma vez que diversas opções, que sejam viáveis, competem geralmente na concepção de uma linha de desenvolvimento, de produção. A tecnologia é “não determinada” pelo critério da eficiência e responde aos vários interesses e ideologias particulares selecionados entre estas opções. A tecnologia não é “racional” no sentido antigo do termo positivista, mas socialmente relativa; o resultado de escolhas técnicas é um mundo que dê sustentação à maneira de vida de um ou outro grupo social influente. Nestes termos as tendências tecnocráticas das sociedades modernas poderiam ser interpretadas como um efeito de limitar os grupos que intervêm nos projetos desde os peritos técnicos até às elites corporativas e políticas às quais essas tendências servem.

4 O pensamento de Marx e a tecnologia

Segundo Feenberg (2013), para muitos críticos da sociedade tecnológica, Marx é agora irrelevante, e uma crítica defasada da economia capitalista. Para o autor, Marx teve importantes vislumbres para a filosofia da tecnologia. Ele se concentrou exclusivamente na economia porque a produção era o domínio principal da aplicação da tecnologia em seu tempo. Com a penetração da mediação técnica na esfera da vida social, as contradições e os potenciais que ele identificou na tecnologia continuam atuais.

Em Marx o capitalismo é distinguido, não mais pela posse da riqueza, mas pelo controle das condições de trabalho. O proprietário não tem meramente um interesse econômico com o qual segue com sua fábrica, mas sim por um interesse tecnológico. Pela reorganização do processo de trabalho, ele pode aumentar a produção e os lucros. O controle do processo do trabalho, por sua vez, conduz a novas ideias na implementação de novas máquinas e à aceleração da mecanização da indústria que, por sua vez acelera os processos de produção. Isto nos leva ao tempo da invenção de um tipo específico de equipamentos que desabilitam os trabalhadores e requerem gerência. O controle gerencial age tecnicamente sobre pessoas, estendendo a hierarquia dos sujeitos e dos objetos técnicos para relações humanas na perseguição da eficiência. Eventualmente os gerentes profissionais representam, e em algum sentido substituem os proprietários no controle das organizações industriais novas. Marx chama isto de dominação impessoal inerente ao capitalismo em contra distinção à dominação pessoal características das primeiras formações sociais.

É uma dominação incorporada no *design* de ferramentas e de organização da produção. Sendo assim, o que Marx não antecipou, é que as técnicas de gerência e de organização e que tipos de tecnologia seriam aplicados, primeiramente, ao setor privado são exportadas para o setor público onde influenciam campos tais como a administração, a medicina, e a educação públicas. Todo o ambiente da vida em sociedade vem sob a regulamentação da técnica. Desta forma a essência do sistema do capitalista pode ser transferida aos regimes socialistas construídos no modelo da União Soviética.³

O desenvolvimento inteiro de sociedades modernas é marcado, assim, pelo paradigma de controle não qualificado sobre o processo de trabalho sobre o qual o industrialismo capitalista descansa. Este controle orienta o desenvolvimento técnico para destituição do poder dos trabalhadores e para a massificação do público. Denominamos este controle de

³ Como Marx poderia vislumbrar esta possível vinda entre pensadores radicais do século XIX foi discutido em Feenberg (2004b) por meio de uma comparação entre o romance utópico de /Edward Bellamy – Looking Backward e a distopia de Aldous Huxley, Admirável Mundo Novo.

“autonomia operacional”, a liberdade do proprietário ou de seu representante para tomar decisões independentes para continuar o negócio da organização, sem levar em consideração os interesses dos atores subordinados e da comunidade circunvizinha. A autonomia operacional do gerenciamento e da administração posiciona-os em uma relação técnica com o mundo, seguro das consequências de suas próprias ações. Além disso, ainda, permite-lhes reproduzir as condições de sua própria supremacia a cada repetição das tecnologias que comandam. A tecnocracia é uma extensão de tal sistema à sociedade como um todo em resposta à propagação da tecnologia e da gerência em cada setor da vida social. As armaduras próprias da tecnocracia contra às pressões públicas, sacrificam os valores, e ignoram as necessidades incompatíveis com sua própria reprodução e perpetuação de suas tradições técnicas.

A tendência tecnocrática das sociedades modernas representa um trajeto possível do desenvolvimento, um trajeto que seja peculiarmente truncado pelas demandas do poder. A tecnologia tem outros potenciais benéficos que são suprimidos sob o socialismo do capitalismo e do estado que poderia emergir ao longo de um trajeto desenvolvimentista diferente. Ao sujeitar seres humanos ao controle técnico à custa de modelos tradicionais de vida, na medida em que impede a sua participação no *design* das tecnologias, a tecnocracia perpetua as estruturas do poder das elites herdadas do passado de forma tecnicamente racional. Neste processo mutilam-se, não só seres humanos e a natureza, mas a própria tecnologia. Uma diferente estrutura de poder criaria uma tecnologia diferente com consequências diferentes.

Uma realização mais plena da tecnologia é possível e necessária. Nós somos alertados muito frequentemente para esta necessidade pelos efeitos colaterais ameaçadores do avanço tecnológico. A tecnologia “morde para trás” com a temível consequência do distanciamento dos retornos que juntam o sujeito e o objeto técnico os quais se tornam, cada vez mais obstruídos. O sucesso de nossa tecnologia modificando a natureza assegura que estes laços crescerão mais curtos na medida em que perturbamos mais violentamente a natureza na medida em que tentamos controlá-la. Em uma sociedade tal como a nossa, que está completamente organizada em torno da tecnologia, a ameaça à sobrevivência fica bastante clara.

Considerações

Para Feenberg, a filosofia da tecnologia delineou um longo caminho desde Heidegger em que o capitalismo sobreviveu a várias crises e agora organiza o globo inteiro numa teia de conexões com consequências contraditórias.

Construir um retrato integrado e unificado de nosso mundo tornou mais difícil na medida em que os avanços técnicos quebram as barreiras entre as esferas da atividade dentro das quais a divisão entre disciplinas permanece. Vislumbramos que a teoria crítica da tecnologia oferece uma plataforma para reconciliar muitos conflitos aparentemente opostos à reflexão sobre a tecnologia. Somente com uma abordagem que seja composta pela crítica e empiricamente orientada é possível fazer sentido de que está acontecendo ao nosso redor. A primeira geração dos teóricos críticos atentou para tal síntese de abordagens teóricas e empíricas.

A teoria crítica foi, sobretudo, dedicada à interpretação do mundo à luz de suas potencialidades, as quais têm se caracterizado como um estudo sério que é. A pesquisa empírica pode assim ser mais do que um mero recolhimento dos fatos e pode nos dar um argumento de nossa época. A filosofia da tecnologia pode juntar dois extremos - potencialidade e realidade - normas e fatos - de certa forma nenhuma outra disciplina pode concorrer. Devemos desafiar os preconceitos disciplinares, que confinam a pesquisa e a estudam nas estreitas canaletas, e abriremos as perspectivas para o futuro.

Isto é uma longa viagem de volta à noção da neutralidade da tecnologia? Não nos identificamos com tal, mesmo sendo tecnófilos. A neutralidade geralmente se refere à indiferença de meios específicos para uma escala de objetivos dos quais se é escravo. Se nós supusermos que essa tecnologia como nós a conhecemos hoje é indiferente em relação aos fins humanas de modo geral, então certamente nós a neutralizamos e a colocamos além da controvérsia possível.

Pudemos constatar que a maior implicação desta abordagem é trabalhar com os limites éticos dos códigos técnicos elaborados sob a regra da autonomia operacional. O mesmo processo libertou os capitalistas e os tecnocratas para tomar decisões técnicas sem levar em consideração as necessidades dos trabalhadores e das comunidades e gerou uma riqueza de “valores novos,” demandas éticas forçadas a procurar a voz discursivamente. O mais fundamental, a democratização da tecnologia é encontrar maneiras novas de privilegiar estes valores excluídos e de realizá-los em arranjos técnicos novos. Esta tecnologia contemporânea realmente existente favorece extremidades específicas e obstrui outras.

Referências

FEENBERG, Andrew. **Tecnologia e Finitude Humana**. Palestra. *Paper Colóquio Internacional* – UFU, 2013.

_____. **Critical Theory of Technology**. New York: Oxford University Press, 1991.

FEENBERG, Andrew and Darin Barney. **Community in the Digital Age**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2004.